



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

DECRETO Nº 12.425/2021

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.679/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE GARANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO - SEED.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Alegre/ES,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Por meio deste Decreto ficam implementados os mecanismos de operacionalização, pagamento e controle dos repasses dos recursos financeiros instituído na Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, que tem por objetivo a aquisição de equipamentos novos de informática e apoio de custeio de plano de internet aos professores da rede de ensino municipal da educação do Município de Alegre/ES.

Art. 2º Para os fins previstos neste Decreto, considerar-se-á:

I - professor: servidor do Quadro do Magistério Municipal, investido em cargo de provimento efetivo, nos termos da Lei Municipal nº 2.369, de 17 de março de 1998 c/c a Lei Municipal nº 3.049, de 10 de dezembro de 2009;

II - efetivo exercício: desempenho na prática das atribuições de cargo com a prestação de fato de serviços à Administração Pública do Poder Executivo Municipal;

III - educação conectada: ação governamental em consonância com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, 25 de junho de 2014), bem como do Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 3.342, de 06 de agosto de 2015), a fim de garantir a implementação das diretrizes, metas e estratégias, contidas nos referidos planos, no âmbito da Secretaria Executiva de Educação - SEED;

IV - repasse em parcela única: recurso financeiro creditado de uma só vez ao professor, na forma do art. 3º, inciso I da Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021;

V - repasses de prestação periódica: recurso financeiro transferido em parcelas de periodicidade mensal e com extensão de até 37 (trinta e sete) meses, na forma do art. 3º, inciso II da Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021;



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

VI - equipamentos novos de informática: computador de mesa (Desktop) com acessórios essenciais ou notebook, com configurações mínimas para acesso adequado e fluido à Internet;

VII - plano de internet: contratação de serviço contínuo de acesso à internet.

CAPÍTULO II

DA AÇÃO COMPONENTE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONECTADA

Art. 3º A ação governamental criada pela Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, destina-se a propiciar condições para que os professores da rede de ensino municipal obtenham recursos de Tecnologia da Informação para promover a integração de atividades próprias do magistério ao mundo digital.

Parágrafo único. A ação governamental será desenvolvida mediante o crédito de valores em conta bancária dos professores elegíveis, que será vinculado à equipamentos novos de informática e a custeio de plano de internet.

Art. 4º Os repasses dos recursos de que trata este Decreto dependerão de adesão prévia do professor elegível.

Parágrafo único. Os mecanismos de adesão serão disponibilizados privativamente no site institucional www.alegre.es.gov.br e explanados pela Secretaria Executiva de Educação – SEED, ao qual será concedido a devida publicidade.

Art. 5º A adesão à ação governamental será feita mediante aposição expressa de ciência prévia e de aceitação dos termos e condições estabelecidos na Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, e também por este Decreto.

§ 1º A adesão de que trata o caput será feita de forma distinta para o repasse em parcela única e para o de prestação periódica.

§ 2º O ato de adesão implicará na autodeclaração de que o professor preenche os requisitos previstos na legislação e neste regulamento para ser contemplado com os repasses.

§ 3º Se a adesão de que trata este artigo se der mediante falsa declaração, sujeitar-se-á o professor, além da obrigação de ressarcir integralmente o desfalque causado ao Erário, a procedimento de apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO À AÇÃO GOVERNAMENTAL

Art. 6º Fica garantido aos profissionais elegíveis do Quadro do Magistério Municipal, em caráter exclusivo, a prerrogativa de adesão à ação governamental criada pela Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A prerrogativa de adesão contemplará apenas os professores investidos em cargo de provimento efetivo.

Art. 7º O professor deve estar em efetivo exercício na data em que requerer sua adesão à ação governamental de que trata este Decreto.



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Parágrafo único. Serão consideradas como efetivo exercício as ausências justificadas por:

- a) licenças por gestação, lactação e adoção ou paternidade;
- b) licenças por casamento ou falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos e irmãos;
- c) férias regulares; e
- d) ausências previstas nos incisos IV, V, XXV e XXVI do art. 57, da Lei Municipal nº 1.963, de 08 de abril de 1992.

Art. 8º Serão considerados inelegíveis para fins de adesão à ação governamental de que trata este Decreto os professores que, na data da adesão, estiverem:

I - em gozo de licenças:

- a) não remuneradas;
- b) de natureza médica;
- c) para dedicação a atividade política ou para exercício de mandato eletivo;
- d) para desempenho de mandato classista;
- e) para frequência de curso de especialização.

II - em afastamento para:

- a) frequência em curso de formação que integre etapa de concurso público;
- b) prestação de serviços contínuos à Justiça Eleitoral, mediante requisição.

III - em gozo de férias-prêmio;

IV - presos ou afastados do exercício do cargo público por ordem judicial ou afastados cautelarmente, na forma da Lei Municipal nº 1.963, de 08 de abril de 1992, bem como da Lei Municipal nº 2.369, de 17 de março de 1998;

V - alocados ou localizados, a qualquer título, em outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal;

VI - cedidos para outros Poderes ou outros entes da Federação;

VII - em inadimplência com o Erário, em decorrência de débito contraído junto à SEED.

Art. 9º O professor que acumule cargo ou contrato temporário na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal e que estiver afastado de um dos vínculos poderá aderir à ação governamental, desde que no remanescente preencha os requisitos e não incorra nas vedações trazidas neste Decreto.

Art. 10. Implementados os requisitos previstos no art. 7º e/ou cessadas as hipóteses de inelegibilidade do art. 8º, o professor poderá aderir a qualquer tempo à ação governamental de que trata este Decreto.

CAPÍTULO IV DOS REPASSES QUE INTEGRAM A AÇÃO GOVERNAMENTAL

Art. 11. Os repasses dos recursos financeiros aos professores que aderirem à ação governamental criada pela Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, pode alcançar a quantia de até R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais), subdivida em:

I - repasse em parcela única, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), efetuado de uma só vez ao professor para a aquisição de equipamentos novos de informática; e



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

II - repasses de prestação periódica, no valor de até R\$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais), divididos em parcelas mensais de R\$ 70,00 (setenta) reais cada e com alcance de até 37 (trinta e sete) meses, para o apoio de custeio de plano de internet.

Art. 12. Os repasses de que trata este Decreto:

I - não possuem natureza salarial, nem se incorporam à remuneração do beneficiado;

II - não são considerados rendimentos tributáveis para fins de retenção de imposto de renda; e

III - não serão considerados para o cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive para fins de aposentadoria e de pensões.

Art. 13. Os repasses em parcela única e de prestação periódica serão efetuados em folha de pagamentos do Poder Executivo Municipal, através de rubricas distintas no Sistema de Administração de Recursos Humanos.

Art. 14. Para fins de pagamento do repasse em parcela única e de fixação do termo inicial do repasse de prestação periódica, as adesões realizadas até o fim de cada mês poderão ser efetivadas no mês subsequente ou dentro do mês de referência.

§ 1º Os repasses serão efetuados de forma antecipada, para permitir ao professor, se assim desejar, a liquidação imediata da compra do equipamento novo de informática e da contratação e/ou pagamento imediato de seu plano de internet.

§ 2º É vedado o pagamento de valores de competências anteriores em caráter retroativo.

Art. 15. Cada beneficiário será contemplado somente com um único repasse para a aquisição de equipamentos novos de informática e um único repasse mensal para o apoio ao custeio de plano de internet, independente da quantidade de vínculos que possui junto ao Município.

Art. 16. Os repasses em parcela única e de prestação periódica serão efetuados em valor fixo, sem restituição de parcela residual ao Erário ou complementação de qualquer natureza nas hipóteses em que o beneficiário, por opção própria, adquirir equipamento de informática ou contratar plano de internet de menor ou maior valor.

Art. 17. Os professores que receberem:

I - o repasse em parcela única, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de seu recebimento, para comprovarem a aquisição dos equipamentos novos de informática; e

II - os repasses para o apoio ao custeio de plano de internet, deverão comprovar a sua destinação, em um prazo de 5 (cinco) dias, se solicitado, nos termos previstos neste Decreto.

CAPÍTULO V DA AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Art. 18. O repasse em parcela única de que trata este Decreto se destina a viabilizar a compra, pelo professor elegível, de equipamento novo de informática.

Art. 19. O equipamento novo de informática a ser adquirido deverá possuir especificação igual ou superior à constante no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não será validada a justificativa de utilização do repasse em parcela única que se baseie, exclusivamente, na compra de acessórios não essenciais, periféricos ou gadgets, como por exemplo:

I - estabilizador de tensão elétrica, filtro de linha e no-break;

II - impressora, scanner e multifuncional;

III - pen drives e dispositivos de memória externa;

IV - tablets e netbooks;

V - celulares, smartphones, relógios digitais e equipamentos multimídias.

§ 2º O rol do parágrafo anterior é meramente exemplificativo, e não exime o servidor da restituição de valores ao Erário quando o equipamento adquirido não estiver apto a atender o objetivo do repasse em parcela única de que trata este Decreto ou às especificações de seu Anexo I.

Art. 20. Os equipamentos novos de informática adquiridos serão de propriedade do Município e permanecerão na posse dos professores beneficiados a título de comodato, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º É de responsabilidade dos beneficiários elegíveis:

I - responsabilizar-se pela qualidade do equipamento, por sua conservação e uso adequado durante o período de comodato;

II - cumprir os protocolos de utilização a serem fixados pela SEED;

III - não ceder a qualquer título o uso do equipamento a terceiros; e

IV - observar a proibição de alienar o equipamento, por qualquer razão, durante o comodato.

§ 2º Fica excepcionalmente dispensada a inscrição dos equipamentos novos de informática no patrimônio contábil do Município de Alegre/ES, enquanto durar o comodato.

§ 3º Ao final do prazo previsto no caput e se atendidos os requisitos previstos na Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, e neste Decreto, os equipamentos novos de informática serão automaticamente incorporados ao patrimônio pessoal dos professores elegíveis.

Art. 21. Competirá à Gerência de Recursos Humanos da Educação, com o apoio da Comissão Especial de Avaliação Técnica - CEAT, até o décimo dia corrente de cada mês:

I - apurar a relação de professores que receberam o benefício em parcela única;

II - seccionar a relação dos contemplados de acordo com a localização de cada um deles; e

III - encaminhar relatório com a relação de professores à SEED para acompanhamento e atestado de regularidade formal da prestação de contas dos beneficiados.

CAPÍTULO VI



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 22. A comprovação da aquisição do equipamento novo de informática e apoio ao custeio de plano de internet dar-se-á mediante procedimento especial de prestação de contas.

§ 1º Fica definido o site institucional www.alegre.es.gov.br como plataforma para a execução dos atos da prestação de contas.

§ 2º As etapas necessárias para a execução dos atos da prestação de contas na plataforma de que trata o caput serão definidas em ato próprio da SEED.

Art. 23. Os professores que receberem os repasses de que trata este Decreto deverão providenciar e manter a guarda de documentação que comprove o dispêndio dos valores recebidos.

Art. 24. Fica definida a Comissão Especial de Avaliação Técnica - CEAT como responsável para a avaliação dos requisitos formais da prestação de contas e sua homologação final favorável ao professor.

§ 1º De posse do relatório mencionado pelo art. 21, inciso III deste Decreto, a Comissão Especial de Avaliação Técnica - CEAT acompanhará o cumprimento dos prazos do envio da prestação de contas pelos professores contemplados pelo repasse em parcela única.

§ 2º As decisões acerca da prestação de contas que extrapolarem as atribuições da Comissão Especial de Avaliação Técnica - CEAT serão de responsabilidade do Secretário Executivo de Educação.

Art. 25. Fica criada a Comissão Especial de Avaliação Técnica – CEAT do Programa de Educação Conectada, a ser constituída e regulamentada em ato próprio da Secretaria Executiva de Educação.

Parágrafo único. O Secretário Executivo de Educação poderá instituir quantas Comissões forem necessárias para a adequada e fluida tramitação das prestações de contas.

Art. 26. A prestação de contas referente ao repasse de parcela única será obrigatória, em caráter amplo e irrestrito a todos os professores contemplados, que será originariamente responsável pelo início do procedimento, na forma definida neste Decreto.

Art. 27. O professor contemplado pelo repasse em parcela única deverá iniciar o processo de prestação de contas dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias assinalado no art. 17, inciso I deste Decreto, mediante a apresentação de formulário, na forma do Anexo II.

§ 1º A prestação de contas a ser encaminhada pelo site institucional www.alegre.es.gov.br, deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da nota fiscal,



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

emitida, na forma da lei, pelo estabelecimento que efetuar a venda, na qual deverá constar impreterivelmente os seguintes elementos:

- I - emissão em nome do professor beneficiado;
- II - descrição do bem adquirido, conforme especificações mínimas definidas no Anexo I deste Decreto; e
- III - valor do equipamento novo de informática.

§ 2º Excepcionalmente o manual do equipamento novo de informática poderá ser admitido, a fim de complementar as informações exigidas no inciso II, do § 1º deste artigo.

§ 3º Não serão validados:

- I - documentos diferentes da nota fiscal para comprovação da aquisição do equipamento novo de informática;
- II - manuais de usuário ou quaisquer outros documentos apresentados com o propósito de substituir a descrição das configurações constantes da nota fiscal, do microcomputador ou notebook exigida no Anexo I; e
- III - notas fiscais que:
 - a) estejam em nome de terceiros, ainda que familiar de qualquer grau ou coabitante permanente do beneficiado; ou
 - b) tenham sido emitidas antes da data do repasse em parcela única que custeou a compra.

Art. 28. A Comissão Especial de Avaliação Técnica – CEAT apreciará a regularidade da prestação de contas, consoante os requisitos previstos neste Decreto.

§ 1º O professor que não atender ao prazo assinalado para o envio da prestação de contas será notificado pela CEAT para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar a prestação de contas.

§ 2º O professor que enviar a prestação de contas dentro do prazo, mas que apresentar documentação em desacordo com a exigida neste Decreto, será notificado pela CEAT para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar os documentos.

Art. 29. São providências cabíveis em caso de descumprimento das regras estabelecidas para a prestação de contas:

- I - a restituição dos valores repassados ao professor;
- II - o encaminhamento do caso à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - CPSPAD, para apuração de eventual responsabilidade disciplinar.

Parágrafo único. Além das hipóteses previstas neste artigo, fica autorizado a SEED a encaminhar notícia de fato à Procuradoria Geral do Município, aos órgãos de controle externo e à autoridade policial, a depender da gravidade da conduta do professor.



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Art. 30. A prestação de contas referente aos repasses de prestação periódica será feita por amostragem, através de critérios a serem definidos pela SEED, ou mediante solicitação individual da autoridade competente.

Art. 31. O professor contemplado pelos repasses de prestação periódica deverá reter para si a fatura devidamente paga ou recibo do plano de internet, que deverá ser apresentada, se lhe for solicitado, na forma estabelecida no art. 17, inciso II.

§ 1º A prestação de contas referente aos repasses de prestação periódica, caso solicitada, adotará os seguintes procedimentos simplificados:

I - por parte do professor, na apresentação da fatura devidamente paga ou recibo do plano de internet; e

II - por parte da autoridade competente:

a) na homologação das contas, se consonantes com as disposições deste Decreto; ou

b) no encaminhamento à Gerência de Recursos Humanos da Educação, em caso de verificação de irregularidade das contas apresentadas.

§ 2º Não serão validadas as faturas ou recibos de valores pagos por planos de internet se emitidas em nome de terceiros, exceto quando coabitante permanente ou locador de imóvel, hipótese na qual a coabitação com o professor ou a locação deverá ser comprovada.

CAPÍTULO VII

DAS INTERCORRÊNCIAS RELATIVAS AO REPASSE EM PARCELA ÚNICA

Art. 32. O repasse em parcela única de que trata este Decreto será devolvido integralmente ao Erário, após o crédito, se durante o prazo assinalado no art. 17, inciso I deste Decreto, o professor desistir da compra do equipamento novo de informática.

§ 1º O servidor que, antes do prazo final para a prestação de contas, optar pela devolução do repasse recebido, deverá realizar depósito identificado na conta a ser indicada oficialmente pela SEED, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 2º Efetuado o depósito, o professor notificará à SEED, mediante apresentação do formulário padronizado constante no Anexo III, acompanhado do comprovante bancário.

§ 3º A SEED adotará os procedimentos operacionais e, após, encaminhará à Gerência de Recursos Humanos do mesmo órgão, para registro da devolução do repasse em parcela única em assentamento funcional.

Art. 33. Durante o período do comodato fixado pelo art. 20, fica o professor obrigado a restituir o equipamento de informática em perfeito estado à SEED, se incorrer nas seguintes hipóteses:

I - aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social;

II - demissão mediante Processo Administrativo Disciplinar em que se tenha sido assegurada ampla defesa;

III - gozo de licenças:

a) não remuneradas;



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

- b) de natureza médica, se superiores a um ano;
- c) para exercício de mandato eletivo;
- d) para frequência de curso de especialização.

IV - afastamento para:

- a) frequência em curso de formação que integre etapa de concurso público;
- b) prestação de serviços contínuos à Justiça Eleitoral, mediante requisição;

V - presos ou afastados do exercício do cargo público por ordem judicial ou afastados cautelarmente, na forma da Lei Municipal nº 1.963, de 08 de abril de 1992, bem como da Lei Municipal nº 2.369, de 17 de março de 1998;

VI - alocação ou localização, a qualquer título, em outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal;

VII - cessão para outros Poderes ou outros entes da Federação; e

VIII - falecimento.

Parágrafo único. O professor que incorrer nas hipóteses dos incisos I a VIII deste artigo deverá preencher o Termo de Devolução, constante no Anexo IV, e entregá-lo juntamente com o equipamento na Unidade a que estiver vinculado.

Art. 34. Também será integralmente devolvido o repasse em parcela única nas hipóteses de ausência de apresentação ou de reprovação da prestação de contas prevista no Capítulo VI deste Decreto, mediante:

I - descontos em folha de pagamentos, na forma do artigo 118 da Lei Municipal nº 1.963, de 08 de abril de 1992 c/c artigo 2º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 2.369, de 17 de março de 1998;

II - inscrição em Dívida Ativa Municipal; e

III - de forma espontânea, pelo mesmo procedimento previsto no §1º do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo único. A restituição de que trata o inciso III do caput deste artigo, se tempestivamente informada à SEED, exaure a adoção das demais medidas de restituição elencadas nos incisos I e II.

CAPÍTULO VIII DAS INTERCORRÊNCIAS RELATIVAS AOS REPASSES DE PRESTAÇÃO PERIÓDICA

Art. 35. Os repasses de prestação periódica de que trata este Decreto tem natureza *propter laborem*, e seu pagamento depende do efetivo desempenho das atribuições do cargo pelo beneficiado.

Art. 36. Serão suspensos os repasses de prestação periódica para os professores que tiverem se afastado por qualquer motivo do exercício de seu cargo, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, à exceção quando decorrente do gozo de férias regulares.

Parágrafo único. O professor que tiver os repasses de prestação periódica suspenso deverá, quando do retorno ao exercício de suas atividades, solicitar à SEED o seu



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

restabelecimento, hipótese na qual se aplicará a regra prevista no art. 14 deste Decreto.

Art. 37. Serão interrompidos os repasses de prestação periódica para os professores que, após a adesão ao Programa de Educação Conectada, incorrerem nas hipóteses elencadas no art. 33 deste Decreto.

§ 1º A interrupção dos repasses de prestação periódica exigirá que o professor, caso interessado, adira novamente à ação governamental de que trata este Decreto, quando de seu retorno ao exercício do cargo.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. Ficam abrangidos pela ação governamental criada pela Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, todos os professores do quadro do magistério municipal elegíveis, ainda que em exercício de cargo em comissão ou função gratificada ou em exercício de atividades de natureza técnico-pedagógica ou administrativa, desde que estejam localizados na Secretaria Executiva de Educação.

Art. 39. O repasse em parcela única será concedido somente uma vez a cada professor elegível.

Art. 40. Havendo equipamento disponível, decorrente desta ação, obrigatoriamente deverá ser este disponibilizado ao professor elegível, a título de comodato, em detrimento do repasse de parcela única, caso em que não será aplicado o disposto no § 3º do art. 20 deste Decreto.

Art. 41. A não adesão pelo professor elegível à totalidade desta ação governamental criada pela Lei nº 3.679/2021, de 22 de dezembro de 2021, implicará na presunção de que o professor tem condições e recursos de Tecnologia da Informação próprios para promover a integração de atividades próprias do magistério ao mundo digital.

Art. 42. Compete ao Secretário Executivo de Educação:

- I - definir a data de início das adesões à ação governamental do Programa Educação Conectada;
- II - a edição de atos complementares necessários ao fiel cumprimento deste Decreto; e
- III - apreciar e decidir casos omissos.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 23 de dezembro de 2021.

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Anexo I – Configuração Mínima dos Equipamentos de Informática

1 - DESKTOP (COMPUTADOR DE MESA)

1. Processador 1.1. O modelo de processador ofertado deverá estar em linha de fabricação, e ainda, deve ser da penúltima ou última geração disponível pelo fabricante
2. Memória Ram 2.1. Mínimo de 8 GB DDR4;
3. Placa Mãe 3.1. Possuir no mínimo de 4 portas USB; 3.2. Possuir no mínimo duas interfaces de vídeo integrada para resoluções até 1920x1080 3.3. Interface de Rede Ethernet Gigabit, conector RJ-45; 3.4. Interface de som, com conector para Line Out e Mic, podendo ser tipo combo;
4. Armazenamento 4.1. SSD de 256GB ou superior;
5. Câmera 5.1. Webcam com o mínimo de 720p, com microfone embutido;
6. Teclado 6.1. Português, alfanumérico, com interface USB sem utilização de adaptador;
7. Mouse 7.1. Sensor óptico, botão para scroll, resolução de 1.000 pontos por polegada, com interface USB, sem utilização de adaptador;
8. Monitor 8.1. Widescreen de LED 19.5", ou superior; 8.2. Resolução mínima de 1920x1080; 8.3. Possuir cabos de vídeos com saída compatível com o computador ofertado, conforme item 3.2 ; 8.4. Possuir no mínimo duas interfaces de vídeo sendo VGA e/ou DVI-D e/ou HDMI; 8.5. O monitor deve aceitar tensões de 110 e 220 Volts de forma automática (bivolt); 8.6. Possuir cabo de força no padrão NBR 14.136 da ABNT;
9. Gabinete 9.1. Fonte de alimentação ATX, Bivolt (110/200 Volts); 9.2. Possuir cabo de força no padrão NBR 14.136 da ABNT;
10. Sistema Operacional 10.1. Microsoft Windows 10 Home Edition ou superior na versão mais recente em português;
11. Garantia 11.1. Mínima de 12 meses



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

2 - NOTEBOOK

1. Processador 1.1. Fabricado para equipamento portátil, não sendo aceito processadores para desktops; 1.2. O modelo de processador ofertado deverá estar em linha de fabricação, e ainda ser de penúltima ou última geração disponível pelo fabricante;
2. Memória Ram 2.1. Mínimo de 8GB, DDR4;
3. Placa Mãe 3.1. Possuir porta HDMI para monitor externo ou data-show; 3.2. Possuir no mínimo duas portas USB 3.0 ou superior
4. Interfaces 4.1. Interface de Rede Ethernet Gigabit, conector RJ-45; 4.2. Interface de som, com conector para Line Out e Mic, podendo ser tipo combo; 4.3. Interface de Rede Wireless, 802.11ac; 4.4. Interface Bluetooth 4.0 ou superior;
5. Armazenamento 5.1. SSD de 256GB ou superior;
6. Teclado 6.1. Possuir teclado em Português;
7. Mouse 7.1. Touch Pad;
8. Tela 8.1. Tela HD de no mínimo 14" (1366 x 768)
9. Camera 9.1. Possui webcam integrada com o mínimo de 720p
10. Diversos 10.1. Recarregador de bateria 127/220 V (Bivolt-automático);
11. Sistema Operacional 11.1. MS-Windows 10 Home Edition ou superior, na versão mais recente em português;
12. Garantia 12.1. Mínima de 12 meses;



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Anexo II – Formulário de Prestação de Contas

SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO – SEED	FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
--	--

Nome do Servidor:	Matrícula:
E-mail:	Telefone:
Especificação do Equipamento/Material:	Nº de Série:

Pelo presente, declaro que recebi repasse de recursos provenientes da Lei nº 3.679/2021, que dispõe sobre a ação governamental para garantir a implementação de metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no âmbito da Secretaria Executiva de Educação – SEED, Programa Educação Conectada, em consonância com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, 25 de junho de 2014), bem como do Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 3.342, de 06 de agosto de 2015), tendo adquirido equipamento novo de informática conforme especifica acima e Nota Fiscal nº _____ (documento anexo).

Data:	Assinatura/Identificação do servidor:
--------------	--



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Anexo III – Devolução do Recurso Recebido

Formulário para Manifestação do Desinteresse na Utilização do Repasse Financeiro de Parcela única

EU, _____, Matrícula Funcional _____, CPF nº _____, servidor da SEED, informo meu desinteresse na utilização do recurso que recebi para aquisição do equipamento novo de informática, visando auxílio no desenvolvimento de minhas atividades pedagógicas.

Em anexo, encaminho cópia do comprovante de depósito identificado, com autenticação mecânica, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que efetuei na conta bancária oficialmente divulgada pela SEED.

Nesse sentido, solicito que sejam adotadas as providências cabíveis.

Alegre/ES _____, de _____ de _____.

(Assinatura do Servidor)



Prefeitura Municipal de Alegre

Estado do Espírito Santo

Secretaria Executiva de Administração

Anexo IV – Termo de Devolução

TERMO DE DEVOLUÇÃO

Pelo presente instrumento eu, _____ (NOME),
CPF _____ RG _____,
(ENDEREÇO) _____,

faço a devolução do bem discriminado abaixo, adquirido com recursos para atender o que preceitua a Lei nº 3.679/2021, que dispõe sobre a ação governamental para garantir a implementação de metas e estratégias do Plano Municipal de Educação no âmbito da Secretaria Executiva de Educação – SEED, Programa Educação Conectada, em consonância com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, 25 de junho de 2014), bem como do Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 3.342, de 06 de agosto de 2015), envolvendo a Secretaria Executiva de Educação:

Descrição	Série	Quantidade	Valor

ALEGRE/ES, _____ de _____ de 202x.

Assinatura e Nome do Servidor

Assinatura e Carimbo do Recebedor